

Reminiscências de Lúcia Pacífico, a professora que virou fiscal de preços nos anos 80 e contribuiu para que os brasileiros conhecessem seus direitos de consumidor

por Lúcia Pacífico
em depoimento a Luciana Casemiro

A LÍDER DAS DONAS FORA DE CASA

Estava ao volante do meu Corcel II, levando as crianças para a escola, quando, numa entrevista a uma rádio, o diretor do Procon de Minas Gerais convocou as donas de casa a se organizar, a exemplo do que já acontecia nos países desenvolvidos, nos quais seu poder era reconhecido por estarem no centro da decisão de compra. Era 1983 e na época os preços nos supermercados mudavam três vezes por dia. Isso mesmo: de manhã, de tarde e de noite a etiquetadora funcionava a todo vapor. Fecharíamos o ano com uma inflação de 164%. As donas de casa eram desrespeitadas por comerciantes e fabricantes. A inflação mexia com o orçamento, causava terror e insegurança. Fora os conflitos no dia a dia das famílias. Era o marido querendo saber no que foi gasto o dinheiro, e os filhos sonhando com novidades.

A convocação do diretor do Procon parecia ter sido para mim. Conversei com uma amiga, e, em pouco tempo, éramos 12 mulheres mobilizando famílias, amigos e vizinhos, o que culminou, em setembro daquele ano, na criação do Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais (MDC/MG). A pri-

meira sede foi o Salão Paroquial da Igreja da Boa Viagem, em Belo Horizonte.

Eu era professora primária num turno e no tempo que me restava me dividia entre meus quatro filhos, então entre 20 e 10 anos de idade, e a mobilização das donas de casa mineiras. Meu marido costumava dizer que era o “movimento das donas fora de casa”. Além dos comerciantes, tínhamos de enfrentar o machismo. Quando saíamos com nossas pranchetas em punho para pesquisar preços, era comum ouvirmos de homens na rua: “Vai esquentar o umbigo no fogão e esfriar no tanque!”, “Não tem nada para fazer em casa?”. Nos mercados, no entanto, eles não podiam nos impedir de entrar. Começamos nossa pesquisa de preço por produtos essenciais, como arroz, feijão, açúcar. Naquela época, como as ligações telefônicas eram caras e as redes sociais ainda nem sonhavam em existir, fazíamos listas de convocações, cada mulher chamava outras dez, e formávamos, assim, um pequeno exército de fiscais.

Toda semana divulgávamos uma lista de preços pela imprensa. Os donos dos mercados,



ANDRÉ FOSSATI/AGÊNCIA O GLOBO

que não queriam perder sua clientela, tinham de baixar o preço. A gente impulsionava a concorrência. Em pouco tempo, o modelo da associação das donas de casa mineiras começou a ser copiado em outros estados, entre eles Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia e Paraná. Os maridos morriam de raiva, reclamavam que fazíamos falta em casa, mas não arredamos o pé. Não foram poucas as vezes em que levei os filhos comigo para a batalha a fim de evitar problemas em casa. Mas sempre fui topetuda.

Fomos nos organizando, ganhando corpo, até que, em 1988, conseguimos nosso primeiro grande feito: reunimos 390 mil assinaturas país a fora pela inclusão de emenda que contemplasse os direitos dos consumidores em nossa nova Constituição. De Belo Horizonte, saíram três ônibus rumo a Brasília. Precisávamos de uma lei para enfrentar o descaso dos fornecedores, que garantisse qualidade dos produtos e respeito aos consumidores. Discursi no plenário da Assembleia Constituinte em prol dos direitos dos consumidores e das donas de casa. Brigamos para que fosse dado às mulheres o direito de contribuir para o INSS e se aposen-

tar como dona de casa. Até então, só fazia jus à aposentadoria quem tivesse alguma outra profissão, como costureira, banqueteira. Era como se tudo o que fazíamos em casa não fosse trabalho — um absurdo, pois trata-se de uma dupla, às vezes até tripla, jornada. A primeira mulher a se aposentar como dona de casa era associada ao MDC, sabíamos que estávamos fazendo história.

Com a prancheta em punho, passamos por diversos planos econômicos. Quiseram nos rotular como fiscais do Sarney, mas nossa motivação nunca foi política, éramos fiscais de nossos bolsos.

Quando o Real chegou, em 1994, respiramos, pois vivíamos muito mal, não havia como fazer um orçamento doméstico. Não abandonamos a pesquisa de preço, mas pudemos abrir nosso leque e trabalhar com educação. Nessa época, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) já existia, mas precisávamos fazer com que as pessoas conhecessem seus direitos. Existia uma lei boa, mas os consumidores ainda não tinham aprendido a reclamar, não cobravam seus direitos como deveriam, era um trabalho de conscientização.

Lúcia Pacífico,
que fundou em 1983
o Movimento
das Donas de Casa
de Minas Gerais

Dos comerciantes exigíamos um exemplar de CDC em cada loja para que o cliente pudesse consultá-lo em caso de dúvida. Começamos também uma batalha de educação contra o desperdício, pelo consumo consciente.

Com o crescimento do movimento, começou a haver uma discussão sobre a necessidade de termos um representante para brigar por nossos direitos na Câmara Municipal. Fui eleita duas vezes vereadora e uma deputada estadual. Vários de meus projetos foram aprovados, todos voltados ao direito do consumidor e ao meio ambiente. Mas me desencantei com a política. Muitas vezes, me sentia um peixe fora d'água. Além da forma de atuação, que era bem diferente da minha, os homens deixavam claro que minha presença incomodava. Mais uma vez o machismo estava presente. Acabei desistindo da política. Decidi que meu lugar era do outro lado do balcão, trabalhando com políticas públicas dentro de entidades civis.

De lá para cá, muita coisa mudou. As pessoas reclamam, estão mais espertas, conhecem seus direitos e põem a boca no trombone quando são desrespeitadas. Vão às empresas e, se não são atendidas, se queixam ao MDC, aos Procons, registram sua indignação nas redes sociais. Fico feliz por ter contribuído na formação desse novo consumidor, exigente e consciente, que não sossega enquanto seu problema não é resolvido. Hoje o fornecedor sabe que, se ele desrespeita seu cliente, isso não ficará impune, ele vai reclamar e pode até ir à Justiça se não tiver uma solução. Isso é importante para o país, nos tornamos mais cidadãos. As mulheres, no entanto, apesar do avanço, vêm enfrentando uma nova onda de machismo. O que mostra que não

podemos arrefecer. O trabalho ainda não está feito e depende de cada uma de nós avançar.

No âmbito do consumidor, apesar de termos uma lei muito boa, o CDC precisa ser modernizado. É preciso que o código contemple o comércio eletrônico, que não existia quando a lei foi escrita. Outro ponto que merece ser incluído é o superendividamento, uma questão muito delicada nos dias de hoje. Existem projetos que tratam desses temas em trâmite no Congresso há anos, mas não saem do lugar. É preciso também pensar mais no meio ambiente. As empresas tinham de se responsabilizar, por exemplo, pelo recolhimento das embalagens. Os supermercados poderiam ajudar nessa logística reversa, recebendo as embalagens de volta para que a indústria as recolhesse.

Continuo dando expedientes diários no Movimento das Donas de Casas de Minas Gerais. Mas, aos 83 anos, lógico que desacelerei. Chego à tarde e já passei muitas funções para a frente, mas ainda gosto de acompanhar e dar a palavra final. Fico feliz em ver que meus filhos e meus oito netos são consumidores engajados, cientes de seus direitos. Minha filha hoje é a diretora administrativa da entidade, e tenho uma neta, nutricionista, que trabalha com a gente.

Minha preocupação agora é com meus quatro bisnetos. O maior, de 6 anos, já está na fase de começar a aprender o que é ser um consumidor consciente. Aliás, essa é uma das missões do movimento hoje, trabalhar com as crianças desde o primeiro ano do ensino fundamental, das redes pública e particular. É muito mais fácil criar bons hábitos do que reeducar adultos. E é impressionante o impacto que as crianças têm em suas famílias. Ainda há muita coisa a ser feita pela frente.

CRISTINA SILVEIRA/AGÊNCIA O GLOBO



Contra os preços altos, o Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais incentivava a população a substituir a carne por outros alimentos em julho de 1986